

Espaço & Geografia, Vol.20, Nº 2 (2017), 271:297
ISSN: 1516-9375

**CIDADE À DERIVA – INQUIETAÇÕES E APONTAMENTOS
SOBRE A REPRODUÇÃO E A FRAGMENTAÇÃO
DO ESPAÇO EM RECIFE/PE**

**CITY DRIFTING - QUESTIONINGS AND NOTES ABOUT RE-
PRODUCTION AND FRAGMENTATION
OF THE SPACE IN RECIFE / PE**

Otávio Augusto Alves dos Santos

Doutorando em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco
e integrante do grupo de pesquisas Sociedade e Natureza (NEXUS/UFPE), Brasil
Email: otavioaas@gmail.com

Recebido 22 de Novembro de 2016, aceito 2 de Setembro de 2017

RESUMO - O objetivo deste trabalho é apresentar algumas inquietações e reflexões a propósito do processo de reprodução e fragmentação do espaço na cidade do Recife. Esse objetivo tem sido perseguido a partir do estudo qualitativo e sob base materialista da “vida entre-muros”, hoje evidente pela emergência dos condomínios e loteamentos fechados. Tomando como ponto de partida a Região Metropolitana do Recife, argumenta-se que esses “enclaves fortificados” dão a tônica do processo de reprodução do espaço, pondo em relevo uma fragmentação que, junto as formas de governo baseadas em consenso, têm ocasionado a dissolução do espaço público.

Palavras-chaves: Reprodução do espaço; Fragmentação; Espaço público

ABSTRACT - The purpose of this work is to present some concerns and reflections on the processes of reproduction and fragmentation of space in the city of Recife. This

objective has been pursued through a qualitative study and under materialistic basis of “life between walls”, evident nowadays by the emergence of gated communities and closed condominiums. Taking the Metropolitan Region of Recife as a starting point, it is argued that these “fortified enclaves” give a keynote about the process of reproduction of space, revealing a fragmentation that together with a consensus-based government causes the dissolution of public space.

Keywords: Reproduction of the space; Fragmentation; Public space.

INTRODUÇÃO

Em seu processo de reprodução, as cidades brasileiras têm sido tomadas pelo surgimento do que Caldeira (2000) chamou de “enclaves fortificados”, isto é, as formas exclusivas e guarnecidas de habitar, fomentadas pela violência e pelo sentimento do medo. Esses enclaves são também formas resultantes de processos de diferenciação que informam muito mais que a diversa e desigual valorização e apropriação do espaço no capitalismo, ou a separação radical de seus habitantes por razões políticas e/ou culturais, mas a pulverização da possibilidade do encontro, da ação política e da própria cidade. Na Região Metropolitana do Recife, esses enclaves dão a tônica do processo de reprodução do espaço, surgindo tanto em suas áreas mais centrais, como em suas áreas mais periféricas e/ou rurais, pondo em relevo uma fragmentação que tem ocasionado a dissolução de seu espaço público.

O objetivo deste trabalho é apresentar algumas inquietações e reflexões a propósito do processo de reprodução e fragmentação do espaço na cidade do Recife, no arco das reflexões mais abrangentes presentes na tese de doutoramento do autor. A referida tese tem por objetivo “compreender a atualidade da fragmentação do espaço em Recife, tendo como ponto de partida

o estudo da vida entre-muros, hoje cada vez mais evidente pela emergência dos enclaves fortificados”. Isto tem sido feito a partir do estudo qualitativo e sob base materialista da “vida entre-muros”, conceito que costura os argumentos da referida tese e que sugerimos com base na metáfora introduzida por Svampa(2008), cujo estudo dos *countries* e *barrios cerrados* argentinos levou-a a constatar a prospecção social de uma autonomia protegida *puertas adentro*. No lastro dessas reflexões, mencionamos a vida entre-muros para caracterizar o cotidiano dos grupos sociais que tem no sentimento do medo o seu critério ético e estético. Trata-se de um fato que subjaz novas formas de diferenciação espacial e que tem feito com que suas cidades se tornem, cada vez mais, fragmentadas, tolhendo o encontro, a diversidade e a experiência.

Tomando por base lógica de investigação o materialismo histórico, a referida tese busca compreender o processo de fragmentação para além de sua aparência fenomênica e sempre na perspectiva da totalidade. Neste sentido, o instrumento de pesquisa tem sido a observação sistemática que, segundo (RAMPAZZO, 2005) corresponde àquela que se realiza em condições controladas para se responder a propósitos definidos previamente, requerendo planejamento para o seu desenvolvimento. O trabalho em tela é também resultado das reflexões e vivências que tem se dado no âmbito das pesquisas e leituras desenvolvidas no Grupos de Pesquisas Nexus: Sociedade e Natureza, da Universidade Federal de Pernambuco. No primeiro item, procuramos caracterizar o processo de produção e reprodução do espaço urbano na cidade do Recife. Em seguida, realizamos uma breve reflexão sobre os processos de diferenciação espaciais, discriminando nossa concepção a respeito dos conceitos de segmentação, segregação e de fragmentação. Por fim, mostraremos como a fragmentação advinda com o surgimento dos condomínios, juntamente com as formas de gestão urbana baseadas em consenso, põe em risco a cidadania e, neste sentido, a própria cidade.

DA PRODUÇÃO À REPRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

O mundo tem perpassado, de forma cada vez mais evidente, por uma mudança nos padrões de valorização capitalista do espaço, cujo fato mais relevante é a diminuição do ritmo da ampliação do trabalho vivo e do extensivo acúmulo de valores ao solo, rumo à um uso cada vez mais intensivo e diversificado do trabalho morto e dos valores já acumulados. Em grande parte, isso tem ocorrido por conta da amplitude atualmente adquirida pelo ecúmeno, fazendo com que não se tenha mais uma disponibilidade tão grande de espaço para a acumulação primitiva. Por outro lado, cabe registrar que essa mudança também reflete a atual tendência de reprodução ampliada do Capital, cujo fundamento está assentado na reprodução do espaço. Hoje, mais do que nunca, o Capital tem na reprodução do espaço o seu principal instrumento de valorização do valor, especialmente nas cidades, pois como bem ressaltou Carlos (2015), a principal estratégia do processo global de acumulação tem sido a reprodução dos espaços urbanos.

Segundo Santos (2015), a referida tendência também caracteriza o próprio processo de urbanização no Brasil. Para esse autor, a urbanização brasileira deu-se com base na utilização dos excedentes da economia nacional. Até a década de 1980/90 havia uma produção expandida do espaço pela via da ampliação da fronteira urbana e pela integração e industrialização do território. Nesse primeiro período, o Estado exercia um papel essencial ao proporcionar as condições de investimento do excedente e a ocupação. O alucinante crescimento do mercado imobiliário neste período prova que a urbanização do território brasileiro já foi uma lucrativa atividade econômica e, em muitos casos, condição à acumulação. O crescimento das grandes cidades e seu processo de metropolização, bem como o surgimento de cidades médias possibilitaram a absorção do excedente, viabilizando a própria acumulação na economia brasileira. A partir da década de 1990, entretanto, é a reprodução do espaço, com o intermédio do urbanismo,

que tem possibilitado a acumulação. Nesse novo estágio, consolida-se um pacto estabelecido entre o Estado e o mercado imobiliário financeirizado, em que o excedente é aplicado em práticas regenerativas e processos de des-revalorização, bem como na construção de novas centralidades urbanas.

Isso significa dizer que até a década de 1980/90, o processo de valorização e produção do espaço urbano brasileiro era expansivo, depois tornou-se mais concentrado. Isto é, o processo de acumulação da economia brasileira que assentava-se na ampliação da quantidade de trabalho vivo, passou a se dar pela reestruturação e pelo uso mais intensivo do trabalho morto. A acumulação urbana, portanto, tem se dado majoritariamente por sucessivas práticas regenerativas, muitas vezes a partir de associações entre o Estado e o mercado imobiliário, tendo o segundo um papel mais proeminente. O mercado imobiliário, desde então, orienta muitas das práticas urbanísticas, tendo o Estado como viabilizador dos investimentos em termos de provimento de infraestruturas. Daí, inclusive, é que surgem as parcerias público-privadas e demais formas de gestão urbana neoliberais, onde alguns setores do Estado e da sociedade têm o protagonismo reduzido.

Santos & Silveira (2008) confirmam a supracitada tese ao afirmar que as cidades brasileiras surgiram inicialmente enquanto centros de comando regionais no contexto de uma mecanização incompleta do território nacional. Conforme foi se materializando o processo de integração desigual desse território, calcado em uma modernização conservadora e consoante às determinações hierárquicas advindas de grandes firmas internacionais, mas também com vistas a viabilizar a absorção de excedentes econômicos nacionais, o território brasileiro foi se tornando majoritariamente urbano e o referido processo de mecanização cada vez mais concentrado. As mudanças nos padrões de valorização do espaço urbano brasileiro no final do século XX, conforme acrescenta Santos (2015), acontece

quando o modelo de urbanização expansiva encontrou seus limites estruturais¹, voltando-se ao processo de reprodução do espaço já constituído. Desde então, as chamadas reformas urbanas é que dão o tom da reprodução do capital, muitas das vezes travestidas de um pretenso caráter social.

A dinâmica urbana metropolitana do Recife exemplifica de maneira bastante ilustrativa os processos supracitados. Sabe-se que a busca alucinante pela modernização do país durante o século XX suscitou não apenas a formação da famosa “região concentrada” (SANTOS & SILVEIRA, 2008), como também ocasionou a industrialização das grandes e médias cidades que ofereciam vantagens locacionais e peso político-econômico interior de uma região de influência. Recife, desde o período colonial, representa um ponto de intersecção de toda produção de sua hinterlândia (CASTRO, 1948), sendo assim uma das poucas cidades do Brasil onde vigorou um representativo processo de industrialização. Nessa cidade, a produção expansiva ampliou as condições gerais de produção urbano-industrial para além da capital, com a criação de pólos industriais metropolitanos. Mas também criou condições para o investimento dos excedentes no mercado imobiliário por meio de ofertas habitacionais nas áreas periféricas, com os programas viabilizados pelo Banco Nacional de Habitação e, depois, pelos loteamentos privados ou promovidos pelas Companhias Estaduais de Habitação (COHABs), levando mais tarde ao processo de metropolização. Vale dizer que, no Recife, tal processo foi, de veras, bastante desigual (MELO, 1978), levando a formação de mais uma “metrópole incompleta” (SANTOS, 1982).

¹ *Tratam-se dos mesmos limites que, no transcurso da segunda metade do século XX, fomentaram a reestruturação produtiva do capitalismo global, levando-o ao regime de regulação toyotista. A acumulação, a partir de então, não se dava mais a partir de uma produção em larga escala, típica do modelo fordista, mas a partir da produção versátil e just in time (HARVEY, 2009). A acumulação com base na reprodução do espaço, conforme o modelo atualmente hegemônico de regulação, funciona igualmente assentado em uma sistemática perda de direitos sociais, tendo grandes implicações nas formas de se viver na cidade, conforme veremos adiante.*

A prova cabal dessa produção expandida do espaço urbano, além do aumento populacional e da ampliação do tecido urbano², reside no surgimento de estudos e planos urbanos voltados a construção de grandes vias que indicavam a implantação de equipamentos em áreas ainda rurais. Outra prova é a preocupação crescente, a partir da década de 1950, pelos estudos relativos ao processo de desenvolvimento urbano-regional e gestão econômico-social de regiões subdesenvolvidas, como aqueles fomentados pelos ideais do Movimento Economia e Humanismo. Tais ideais estavam presentes nas “Diretrizes de um plano regional para o Recife” (1951) de Antônio Bezerra Baltar, assim como em toda a atuação de intelectuais e das agências de planejamento urbano do Estado. Mais tarde, aliada às demandas populares que se inscreviam no contexto de resistência à modernização conservadora do período militar, bem como em respaldo ao incentivo de organizações internacionais para o estudo da “pobreza urbana” no Terceiro Mundo, o debate sobre o desenvolvimento urbano-regional voltou-se muito mais à elucidação dos processos criadores de desigualdades socioespaciais³.

¹ Representando apenas 3% do território pernambucano, A Região Metropolitana do Recife (RMR) possui 42% de sua população e mais da metade de seu PIB. A população da RMR cresceu vertiginosamente durante o século XX, sobretudo no seu núcleo metropolitano, isto é, nos municípios de Recife, Olinda, Paulista e Jaboatão dos Guararapes. Entre os anos de 1970 e 1980, a RMR teve um incremento populacional de 568.169, entre 1980 e 1991, o incremento foi de 524.655 (OBSERVATÓRIO/PE, 2006). Conforme Lyra & Vasconcelos (2015), a população da RMR passou de 2,92 milhões para 3,34 milhões e, depois, para 3,70 milhões de habitantes nos três últimos censos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Houve, portanto, um incremento de 418 e 353 mil pessoas, respectivamente, o que representou uma média geométrica de crescimento anual de 1,5% a.a. entre 1991 e 2000 e 1,0% a.a. entre 2000 e 2010. Apesar de corresponder a um crescimento inferior ao da média brasileira nos dois períodos, não deixa de ser significativo.

³ Toda a agitação política em face da luta do movimento “Terras de Ninguém”, assim como toda a efervescência intelectual em torno do Mestrado em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco e da divulgação dos cadastros institucionais das áreas pobres promovido pela Fundação de Desenvolvimento Urbano com o apoio do Banco Mundial, no final da década de 1970, exemplifica o que estamos falando (SANTOS & MAHMOOD, 2013).

A mudança n padrão de valorização do espaço urbano aconteceu a partir das décadas de 1980-90, quando da irrupção de planos de reforma urbana dos bairros centrais da cidade. Não se tratavam das reformas urbanísticas do início do século que, seguindo preceitos estabelecidos pela matriz modernista/funcionalista do urbanismo, tinham o claro objetivo de modernizar a cidade. As reformas das décadas de 1980-90 tinham o objetivo de inserir fragmentos da cidade à dinâmica econômica global de consumo do espaço pela via do turismo. Foi com vista a tender esse propósito que surgiu o Plano de Reabilitação do Bairro do Recife⁴ e, mais tarde, o próprio Projeto Capital⁵. O objetivo não era mais utilizar o excedente econômico em ofertas habitacionais nas áreas periféricas ou na ampliação das condições de produção urbano-industrial, mas em práticas regenerativas em áreas antigas, sob o fito de integrá-las às dinâmicas da acumulação global.

Na verdade, desde a década de 1970 já havia uma predisposição dos promotores imobiliários em investir nas áreas centrais. Os programas federais de urbanização de áreas consolidadas ou de financiamento de lotes urbanizados surgiram com vistas à acolher essas mudanças. Acreditamos, inclusive, que toda a luta pela permanência no lugar e as pressões populares sob a bandeira

⁴ *Elaborado entre os anos 1993 e 1995, o Plano de Revitalização do bairro do Recife, conduzido pela Empresa de Urbanização do Recife, tinha como objetivo definir uma área de intervenção no centro histórico, integrando a zona portuária com o restante do bairro, de forma a transformá-lo, com base na atividade especulativa e empreendedora, em um centro de atrações turísticas. Esse plano subdividia-se em dois: o “Cores da Cidade”, que visava restaurar e valorizar as fachadas das edificações antigas; e o “Pólo Bom Jesus”, que procurava revitalizar a rua Bom Jesus, de forma a ampliar as atividades comercial e de entretenimento no bairro (GOMES, 2006).*

⁵ *Tratava-se de um plano estratégico inspirado em experiências internacionais que reunia um conjunto de operações para os bairros centrais e ao sul da orla oceânica, de forma a integrar diferentes territórios da cidade aos fluxos econômicos globais (BITOUN, 2001).*

do Direito à Cidade também contribuíram para a efetivação dessa mudança. Em que pesem as óbvias diferenças de escopo político e econômico, os movimentos sociais urbanos das décadas de 1970/80 eo mercado imobiliário contribuíram, cada qual de sua maneira, para o aumento dos investimentos em áreas centrais consolidadas. Em vez de objetivar o avanço da cidade sobre as áreas rurais, ambos movimentos buscavam transformar as áreas mais centrais consolidadas da cidade, de forma a acolher mais pessoas e novas formas de consumo do espaço.

O fato é que a partir das décadas de 1980-90 passou-se a primar muito mais pela reprodução do que pela produção do espaço. Data desse mesmo período o abandono da maioria dos Planos de Desenvolvimento Metropolitano e o surgimento de projetos de pequena escala voltados à preservação da identidade. Grandes planos regionais com previsão de implantação viária foram engavetados, sendo substituídos por pequenas infraestruturas de interligação entre bairros (GOMES, 2014). No entanto, seguindo agendamentos internacionais de preservação do patrimônio urbano coletivo, surgem conflituosos processos de zoneamento e preservação de estruturas arquitetônicas antigas e planos de revitalização. Esses últimos, a propósito, correspondem a modelos de reforma urbana que, mesmo preservando as formas estético-arquitetônicas, transformam profundamente seu conteúdo, possibilitando o investimento de vultosos recursos econômicos. Surgia, portanto, diversas formas de reprodução do espaço urbano, muitas das quais elaboradas na esteira da recepção entusiástica do ideário do “empreendedorismo urbano”⁶ e dos modelos de

⁶ *O empreendedorismo urbano, conforme definiu Harvey (2006), diz respeito a um conjunto de tendências no planejamento urbano que se traduz na busca pela inserção de toda a cidade na lógica de acumulação do capital por meio de uma gestão empresarial de seu espaço, onde as ações se orientam com vistas a concorrência interurbana por ganhos econômicos.*

“planejamento estratégico”⁷.

Cabe registrar que a referida proeminência da reprodução sobre a produção não é de modo algum absoluta. Há, em vez disso, situações híbridas, em que se pode constatar tanto um processo de produção expansiva quanto de reprodução do espaço. A construção de uma nova centralidade no Oeste metropolitanono contexto das obras da chamada Cidade da Copa constitui um exemplo neste sentido. Ohibridismo, neste caso, consiste exatamente na característica muito peculiar dessas obras em aproveitar estruturas já consolidadas no espaço e, a partir delas, lançar novos processos de valorização, avançando para regiões pouco ocupadas da metrópole. Em Recife, é extremamente ilustrativa a utilização das rodovias BR-232 e 408, bem como a Avenida BelminioCorreia em Camaragibe (de onde parte o Ramal Arena Pernambuco) e as ruas Gastão Vidigal e Vale do Sirijino bairro da UR7-Várzea em Recife como acessos para a cidade da Copa e para o setor Oeste em expansão (Figura 1).

Além disso, essas obras também têm possibilitado o surgimento de empreendimentos imobiliários periféricos, muito dos quais concebidos e concretizados em enclaves fortificados. Segundo Caldeira (2000, p. 11-12), os enclaves fortificados correspondem aos:

[...] espaços privatizados, fechados e monitorados, destinados a residência, lazer, trabalho e consumo. Podem ser shopping centers, conjuntos comerciais e empresariais, ou condomínios residenciais. Eles atraem aqueles que temem a heterogeneidade social dos bairros

⁷ Segundo Vainer (2000), o modelo de planejamento estratégico é aquele inspirado em conceitos e técnicas oriundos do planejamento empresarial, adotado com base na crença de que as cidades estão submetidas as mesmas condições que as empresas. Neste sentido, suas estratégias discursivas quase sempre envolvem a ideia de que: a cidade é uma mercadoria que pode ser comprada; a cidade é uma empresa que requer investimentos; ou ainda uma nação, da qual todos os cidadãos devem se empenhar univocamente para o seu desenvolvimento. Este modelo tem sido difundido no Brasil e na América Latina pela ação combinada de agências internacionais e consultores que, frequentemente, reportam-se à experiência de Barcelona como exemplo.

urbanos mais antigos e preferem abandoná-los para os pobres, os “marginais”, os sem-teto. Por serem espaços fechados cujo acesso é controlado privadamente, ainda que tenham um uso coletivo e semipúblico, eles transformam profundamente o caráter do espaço público. Na verdade, criam um espaço que contradiz diretamente os ideais de heterogeneidade, acessibilidade e igualdade que ajudaram a organizar tanto o espaço público moderno quanto as modernas democracias.

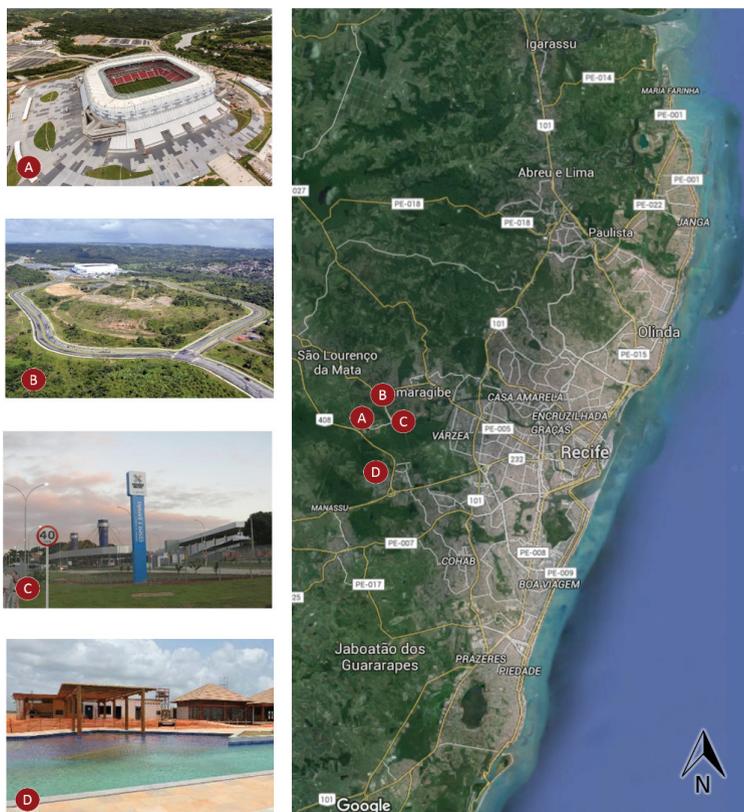


Figura 1 - Oeste metropolitano e localização aproximada de alguns de seus principais vetores de expansão: a) Arena Pernambuco; b) Ramal Cidade da Copa; c) Terminal integrado Cosme e Damião; d) Loteamento Alphaville Francisco Brennand. Elaboração: Otávio Santos, 2015; Fonte: Google Earth; Copa2014.gov.br; Diariodepernambuco.com.br; Ne10.uol.com.br; Jconline.ne10.uol.com.br. Acesso em: 13 de Junho de 2016

No bairro de Aldeia, município de Camaragibe, por exemplo, há muito se difunde loteamentos, condomínios e sítios murados, com forte aparato de segurança. Entre os municípios de Recife, Jaboatão e Moreno, os loteamentos fechados *Alphaville* e Três Lagoas constituem outros exemplos desses tipos enclaves fortificados. Sem falar nas “ilhas de cibermodernidade” de que fala Davis (2006), isto é, os enclaves que se difundem nas áreas centrais das grandes cidades junto ao processo de reprodução do seu espaço. Pelo menos desde a metade do século XX, com maior vigor a partir da década de 1980, o espaço urbano brasileiro tem sido tomado pela construção de condomínios e loteamentos fechados, seja para fins residenciais ou comerciais. Esses territórios exclusivos (SEABRA, 2004), constituídos no interior do processo de reprodução, são também produtos de uma diferenciação espacial que pode levar a pulverização do espaço público e da cidade.

LOTEAMENTOS FECHADOS E CONDOMÍNIOS: SEGMENTAÇÃO, SEGREGAÇÃO OU FRAGMENTAÇÃO?

Comprometido política e economicamente com os interesses de proprietários, de investidores estrangeiros e das classes predispostas ao consumo do espaço, o urbanismo periférico tem a função de limpar e reconstruir a cidade, desencadeando novas formas de diferenciação espacial. No lugar dos bairros ilegais, ou apesar deles, constroem-se as referidas ilhas de cibermodernidade, destacadas da paisagem social urbana periférica, a despeito de suas necessidades não atendidas. Tratam-se de espaços exclusivos e amenos, amparados por muros e pelo que há de mais avançado em termos de segurança e tecnologia. Os muros a que nos referimos não são propriamente concretos e tijolos, mas “fronteiras”, no sentido mesmo que lhe atribui Neil Smith (2007), cuja função é demarcar formas específicas de consumir o espaço. Para cada uma dessas formas há um

conjunto de valores comportamentais e preferências estéticas que orientam sua construção e lhes caracterizam.

Os muros são formascriadadas para distinguir. Muito mais que simples mecanismos de segmentação ou de segregação, os muros são valores cuja função precípua é discriminar formas de conviver. Nossa reflexão encontra aqui um ponto de inflexão importante. Partimos de uma concepção que tem por conclusão a ideia segundo a qual *os condomínios contemporâneos e os loteamentos fechados não resultam apenas do processo de segmentação, nem se resumem a simples segregação, mas compõem o abrangente processo de defragmentação*. Envoltos em uma verdadeira polissemia, esses conceitos que buscam designar diferentes formas de diferenciação espacial têm sido usados na Geografia e nas demais ciências sociais de maneira extremamente diversa, o que tem causado algumas confusões teórico-metodológicas e imprecisões interpretativas. Nosso objetivo a partir de agora é refletir um pouco sobre os conteúdos e as diferenças de casa um.

Por segmentação compreendemos o resultado imediato da produção e reprodução capitalista do espaço, correspondendo às formas diferenciadas e desiguais de sua apropriação e valorização. Trata-se, portanto, de algo que precede a segregação. Esta última, por sua vez, corresponde a um desdobramento específico, pouco comum e recheado de mediações do processo de segmentação. Diferente do que sugere Carlos (2013) e a maior parte dos estudiosos sobre o tema⁸, a segregação não é o resultado imediato da produção e reprodução capitalista do espaço pelo fato de tratar, como bem pondera Vasconcelos (2004), de um conceito surgido em contextos sócio-históricos bastante

⁸ Para a grande maioria dos autores, a segregação corresponde a manifestação espacial das diferenças sociais, ou a acentuação da divisão social do espaço (SORBAZO, 2000).

específicos⁹, procurando caracterizar o encerramento forçado ou auto-induzido de determinados grupos sociais, tais como os guetos de Varsóvia, a Berlin da Guerra Fria e os cinturões negros das cidades norte-americanas. Nesses casos, como em muitos outros, há uma apartação radical entre classes e/ou grupos sociais, de forma que a totalidade do tecido social encontra-se efetivamente dividida em termos econômicos, políticos e culturais. A segmentação, entretanto, muitas vezes baseia-se no estabelecimento de embargos e restrições socioespaciais. Mas, diferente da segregação, nela não há uma clara tentativa de bloqueio e separação. Exatamente por isso Sposito (2013b, p. 65) afirma que:

“[...] só cabe a aplicação do conceito de segregação quando as formas de diferenciação levam à separação espacial radical e implicam rompimento, sempre relativo, entre a parte segregada e o conjunto do espaço urbano, dificultando as relações e articulações que movem a vida urbana”.

A segregação, portanto, é uma forma particular e muito mais cruel de diferenciação, baseada na separação. Os loteamentos fechados e condomínios constituem exemplos nesse sentido, pois surgem de uma separação do conjunto do espaço urbano, isto é, de um processo de diferenciação por separação. Contudo, ainda é extremamente forçoso afirmar, por exemplo, que um loteamento auto-

⁹ O conceito de segregação surgiu junto aos modelos sistemáticos de estudos das cidades norte-americanas, formulados por importantes pensadores da famosa “Escola de Chicago”. As cidades periféricas, por outro lado, possuem especificidades que inviabilizam a irrestrita utilização desses modelos. Por isso é que, para Vasconcelos (2004), a segregação não é um conceito plenamente aplicável à realidade brasileira. Por outro lado, a ausência das condições sócio-históricas a partir das quais o conceito foi inicialmente utilizado não desautoriza definitivamente sua aplicação atual, até por que, como observou Souza (2013), ele já tem sido usado por diferentes grupos sociais para designar processos reais em suas vidas, estando presente também nos mais profícuos debates sobre as desigualdades e os conflitos urbanos periféricos.

segregado como *Alphaville* advém do mesmo processo socioespacial que um condomínio fechado de classe média baixa com apartamentos de até quarenta metros quadrados, apenas por que se tratam de enclaves com muros e que resultam claramente de um processo de separação. Quando se faz isso, omite-se formalmente os conteúdos e atenta-se unicamente para as formas. Mesmo mantendo inegáveis semelhanças, o segundo tipo de enclave possui características tão diversas que inviabilizam situa-lo no mesmo patamar que o primeiro. E o que dizer dos próprios *shopping centers*, dos parques privados e de toda sorte de espaços para o lazer construídos sob processos de diferenciação por separação? Podemos afirmar que são também exemplos de espaços segregados? Conforme Sposito (2013), acreditamos que o conceito de segregação não é suficiente para tratar das mais diversas formas de diferenciação espacial, ainda mais diante do atual processo de pulverização da vida social ocasionadas pelas estratégias privatizantes do capital.

Diante dessa complexidade, acreditamos que um outro conceito deve ser utilizado para designar desde as mudanças socioespaciais contemporâneas em diversas esferas da vida social até o aprofundamento da segregação. Esse conceito é o de fragmentação, sendo ela um processo que, sem contrastar com a segregação, vai muito além dela (SPOSITO, 2013; SPOSITO & GOES, 2013; SOUZA, 2000, 2008). Souza (2000) também lembra que o tema da fragmentação se popularizou nos últimos anos, pois tem sido usado para caracterizar as desigualdades socioespaciais intensificadas pelo processo de globalização. Vasconcelos (2013) considera a fragmentação como um complexo de usos desconexos ou mal articulados do espaço, produzido pelo mercado imobiliário e pelo Estado. Milton Santos (1990), observado o exemplo da cidade de São Paulo, afirmou que o processo de produção do espaço, comandado por grandes corporações, faz com os pobres fiquem cada vez mais isolados em suas periferias. Para este autor, portanto, a fragmentação surge desse fracionamento da cidade em espécies de “guetos”. Souza (2000, 2008), por sua vez, refere-se a uma “fragmentação do tecido sociopolítico-espacial”, sendo

ela o conjunto de conflitos e tensões que frequentemente desafiam o controle territorial estatal, correspondendo à territorialização dos grupos criminosos e as estratégias espaciais defensivas das classes sociais mais abastadas.

Essa perspectiva sugerida por Souza parece-nos interessante, na medida em que põe a questão dos conflitos e do medo no cerne do processo. Para este autor, o medo generalizado se alastra exatamente nas cidades fragmentadas, levando ao tratamento militarizado de seus problemas (SOUZA, 2008). O autor ainda acrescenta que a cidade resultante dessa fragmentação compõe uma unidade do ponto de vista econômico, mas é fraturada sociopoliticamente, de forma que seu caráter congregador é sistematicamente relativizado. Sob outro viés, Safatle (2015) muito acertadamente explica que o sentimento do medo é o principal definidor dos “circuitos dos afetos”¹⁰ nas sociedades modernas e liberais. Para este último autor, os afetos e o corpo são os grandes determinantes da sociabilidade e da política. Neste sentido, a ideia tornada hegemônica de uma sociedade fundada em um pacto entre indivíduos proprietários sem qualquer relação natural, para que o pandemônio entre lobos seja evitado, já evidencia o medo como critério ético¹¹. Para Safatle, esse elementar sentimento humano vê-se

¹⁰ Segundo Safatle (2015), os indivíduos produzem crenças, desejos e interesses, adotando certos comportamentos e recusando outros, criando assim circuitos de afetos. Seja na vida cotidiana ou na política, os indivíduos produzem constantemente afetos a partir dos quais mobilizam sua adesão no tecido social. A política, portanto, é um modo de produção de circuitos de afetos. E o sistema capitalista, com todas as suas vicissitudes econômicas e políticas, reproduz-se com base no manejo de nossos afetos.

¹¹ É o medo da despossessão, da morte violenta e da “guerra de todos contra todos” que obriga os indivíduos a criar o Leviatã, segundo Hobbes. O Estado surge com a dupla função de bombeiro e de piromaniaco, conforme adverte Safatle ao comentar essa via de entendimento. Bombeiro por que tende a evitar o genocídio mútuo pela via da constituição de um contrato que estabelece o raio de ação de cada um, mas ao mesmo tempo piromaniaco por que tal contrato apenas se estabelece por meio do usufruto exclusivo do poder e da violência. De toda forma, o medo permanece sempre presente, se não evidente pela violência direta, ao menos a latente diante das ações do Estado.

cada vez mais intensificado nas cidades periféricas em função das contravenções e da violência, sendo também manejado por um mercado de segurança privada cada vez mais robusto e por preconceitos de todos os matizes. Por isso as estratégias defensivas (mas também escapistas) das classes mais abastadas, que passaram a construir seus “territórios exclusivos” (SEABRA, 2004).

DA MORTE DA *POLIS* À CIDADE PÓS-POLÍTICA

A cidade do Recife já foi considerada a mais violenta do Brasil¹². Nela, como em muitas outras cidades do país, a violência e, sobretudo, o sentimento do medo são grandes definidores dos processos socioespaciais a partir dos quais o espaço urbano é reproduzido. Analisando as cidades brasileiras, Souza (2008) chega a se referir a “Fobópolis”, isto é, a cidades onde o medo e a percepção do risco são demasiadamente determinantes no cotidiano. De fato, é a partir do sentimento do medo que se projetam e se concretizam as transformações urbanas e com base nele que as classes sociais disputam e fragmentam o espaço no ato do consumo. Há, com efeito, uma arquitetura do medo, da qual os muros e toda a parafernália de segurança são os exemplos mais eloquentes. A arquitetura do medo corresponde às formas que aludem a uma estética belicista da defesa militar. Conforme Ferraz & Possidônio (2004), essa estética tem sido cada vez mais alimentada pelo mercado imobiliário em suas estratégias publicitárias (Figura 2) que sempre se utilizam de uma imagem caótica e violenta da cidade, onde alguns moradores devem obrigatoriamente se proteger dos demais, inclusive pelo escapismo do auto-aprisionamento. Quanto mais guarnecido, mais cobiçado e valioso torna-se a moradia. Neste sentido, os muros e os “adornos militares” (cercas elétricas, câmeras filmadoras, alarmes e vigilância

¹² Recife foi considerada por muito tempo como a cidade mais violenta do Brasil. Atualmente, ela figura entre as quarenta cidades mais violentas do mundo, segundo a organização não-governamental Segurança, Justiça e Paz, do México, ocupando a 37ª colocação no mundo e a 14ª no Brasil.

motorizada) surgem de fato para evitar os amalgamas e imprevistos, mas sua função é também contribuir à valorização financeira do ativo imobiliário (Figura 3).

Figura 2 - Folder publicitário do Condomínio Riviera, no Bairro de Boa Viagem, Recife/PE; Fonte: Acertodecontas.blog.br; Acesso em: 12/06/2016; Nota: Tanto neste folder, como em muitas outras peças publicitárias relacionadas a venda de imóveis em condomínios, há uma clara exaltação da segurança, do bem-estar e do exclusivismo.



Figura 3 - Câmeras de segurança e cercas elétricas no Condomínio Morada Recife Antigo, Recife/Brasil; Fotografia: Otávio Santos, 2016; Nota: Como em muitos outros condomínios e loteamentos fechados, esses “adornos militares” também servem à valorização financeira do lugar.

A cidade periférica é sistematicamente evitada por aqueles que vivem nos referidos enclaves fortificados. O acesso dos que vivem para além dos muros à esses enclaves é restrito, intermediado por inúmeros instrumentos de segurança e profissionais armados que mais parecem paramilitares. Tudo isso para que a idílica “ordem entre-muros” não seja desvirtuada pela presença de pessoas indesejáveis ou de comportamentos reprováveis. Os condomínios contemporâneos expressam a tentativa de construção de uma comunidade de cuidado e de convivência entre iguais, tal como os *gatedcommunities* norte-americanos (DUNKER, 2015), mas pensada na esteira das exigências de uma vida plenamente realizada, onde tudo o que é necessário se faz presente, um “estilo de vida total” (CALDEIRA, 2000). Pode-se pensar, inclusive, em uma espécie de resgate do ideal preservacionista, mormente o da luta pelos parques naturais, para quem a destruidora presença humana deveria ser definitivamente afastada. Sem a incomoda presença das classes mais pobres e mestiças(exceto em uma condição subalterna e, por isso mesmo, invisibilizada), os condomínios contemporâneos exprimem uma vida “autenticamente natural” e “preservada do caos”, embora frequentemente invadida por ele, já que não se tratam de espaços efetivamente fechados.

Os princípios que orientam e justificam a construção de condomínios, portanto, correspondem aos da vida guarneçada e comunitária, mas a ordementremurosconstitui-se mediante um nítido processo de implosão da vida pública e da construção de muros e arsenais de segurança que, em vez de atenuar o ambiente de medo e violência, muitas vezes contribui concreta e psicologicamente com ele. Conforme já advertiu Souza (2000), pelo fato de estimular uma socialização completamente descomprometida com a totalidade da cidade, os condomínios constituem uma verdadeira ameaça à ideia de cidadania e, portanto, significa a morte da cidade enquanto *polis*, lugar do encontro e da

política. Os condomínios, assim, são o oposto do espaço público, tendo em vista que este último corresponde ao espaço da ação política (SERPA, 2007). Em vez de se criar um espaço onde, segundo Sennet (1989), vigora um declínio do homem público em direção a uma sociedade cada vez mais intimista, para não dizer privatista e patrimonialista, fundada no medo. Neste sentido, Souza (2000, p. 207) conclui que:

*Enquanto ambientes de socialização primária, os condomínios auto-segregados são, ademais, estímulos à geração de antici-
dadões, estreitando os horizontes convivenciais de adolescentes
e jovens e contribuindo para incutir em seu imaginário uma ideia
de cidade que, de certo modo, significa a dissolução da cidade
enquanto um espaço do encontro, ainda que esse encontro seja
tenso e conflituoso.*

Na verdade, duas questões contribuem à dissolução da cidade enquanto espaço do encontro, quais sejam: a já citada fragmentação decorrente da difusão dos condomínios; e as atuais formas de gestão urbana neoliberais. Sobre essa segunda questão vale esclarecer que as políticas urbanas no capitalismo tardio, impostas sem decisão democrática e sob a alegação de que “não há outra alternativa”, caracteriza-se pelo já citado empreendedorismo urbano e pela busca de consensos que, em vez de surgir do cotejamento entre diferentes posições, na verdade são construídos a partir da **ausência delas**.

Swyngedouw (2012), a propósito de uma “cidade pós-política”, afirma que a nova agenda urbana tem se distanciado cada vez mais de considerações reguladoras e distributivas rumo a simples promoção do crescimento econômico e da consolidação de um ambiente favorável aos negócios. Neste mesmo viés, segundo o autor, tem-se a implementação de redes de governança, tidas como

formas de governo mais eficientes na captação das necessidades e dos vetores de crescimento. Em Recife, ilustra neste sentido a existência dos Conselhos de Desenvolvimento Urbano¹³ e da Cidade do Recife¹⁴. Essas redes de governança são compostas por atores que, em sua grande maioria, compartilham uma mesma visão dos problemas urbanos e das técnicas consideradas necessárias ao seu enfrentamento. Inclusive, essa coesão em termos de perspectiva é que torna a rede e a geração de consensos possível, de forma que as agendas conflitantes e os projetos radicalmente divergentes não encontram terreno.

A ausência do conflito frequentemente leva à situação de pós-política, argumenta Zizek (2006), isto é, à consolidação de uma abordagem de governo puramente gerencial¹⁵, despida da inevitável politização. Na definição da política urbana, Swyngedouw (2012) afirma que o conflito entre diferentes projetos tem sido substituído por um associativismo colaborativo de tecnocratas que, nos marcos daquilo que é imposto como única alternativa e seguindo agendamentos políticos e engenharias sociais presumidamente democráticas (mas definida nos

¹³ *Órgão institucional de participação paritária entre o poder municipal e a sociedade civil, criado nos marcos da Lei Orgânica do Município do Recife e regulamentado pela Lei 15.735/92, hoje vinculada a Secretaria de Mobilidade e Controle Urbano graças a Lei 17.896/13. Constituído por trinta conselheiros, dos quais quinze são do próprio Estado e outros quinze da sociedade civil (incluindo-se as organizações não-governamentais, entidades empresariais, agências de planejamento e preservação, universidade e entidades de classe), o seu objetivo é fiscalizar, contribuir e exercer o controle e o acompanhamento do Plano Diretor e da Lei de Uso e Ocupação do Solo.*

¹⁴ *Órgão colegiado composto por quarenta e cinco membros (maioria deles ligados ao Estado) que tem por objetivo debater e acompanhar as políticas públicas urbanas.*

¹⁵ *“In post-politics, the conflict of global ideological visions embodied in different parties who compete for power is replaced by a collaboration of enlightened technocrats (economists, public opinion specialists...) and liberal multiculturalists; via the process of negotiation of interests, a compromise is reached in the guise of a more or less universal consensus” (ZIZEK, 2006, p. 72) (TrechotambémcitadoporSwyngedouw, 2012).*

moldes *top-down*), elaboram interpretações e elegem ações que jugam necessárias e suficientes para a transformação positiva da realidade urbana. Esses consensos, por sua vez, antecipam-se à articulação de trajetórias divergentes, rotulando aqueles que não os aderem de “tradicionalistas” ou “fundamentalistas”. Nesses termos é que são tratados, por exemplo, os membros dos supracitados conselhos que se posicionam contra o modelo hegemônico de reprodução do espaço em Recife, incluindo-se aqueles que se opõem a todos os seus vetores, dos quais o Projeto Novo Recife¹⁶ é o mais emblemático. Tradicionalista é também a pecha que recai sobre todos os grupos sociais não institucionalizados que lutam contra os muitos tipos de condomínios que sistematicamente se difundem pela cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os enclaves fortificados e a conseqüente fragmentação surgidos no interior do processo de reprodução do espaço, bem como a gestão urbana baseada em consensos eliminam o espaço político do desacordo, pulverizando a possibilidade da construção do encontro e da própria política. Ao fazer isso, eliminam também o debate sobre o futuro da cidade e a conseqüente construção de projetos alternativos de desenvolvimento. Isso é bastante evidente quando se observa a realidade do Recife hoje, onde não se discute mais um projeto de cidade e a iniciativa privada, com toda a sua anarquia, termina por exercer aquilo que a rigor competiria ao Estado. No mais atual contexto de reprodução de seu espaço, essa cidade tem sido acometida por obras pontuais e de pequena escala

¹⁶ *O Novo Recife é um empreendimento imobiliário de caráter particular, proposto por um consórcio de quatro empresas do ramo: Moura Dubeux, Queiroz Galvão, Ara Empreendimentos e GL Empreendimentos. Mesmo em situação irregular, ele pode ser implementado em uma localidade mercadologicamente valiosa da cidade, no Cais José Estelita, localizado entre os bairros do Cabanga e de São José, e próximo ao histórico Forte das Cinco Pontas.*

(vias, túneis, viadutos, edificações etc.), quase sempre surgidas de maneira desconexas, realizadas por empresas do ramo imobiliário e da construção civil, sem efetivamente evidenciar sua razão social e sem compor um programa previamente planejado. O Estado entra posteriormente como coadjuvante, recolhendo essas obras e tentando dar algum sentido a elas.

Pode-se, inclusive, questionar a existência do planejamento urbano nessa cidade, a despeito do seu plano diretor e do que determina a legislação vigente em termos de desenvolvimento urbano. O que muitos dos atuais gestores vêm chamado de planejamento, na verdade, corresponde a essa prática insignificante de apenas juntar os pedaços, estabelecer eventuais conexões e sugerir, muitas vezes de maneira cínica, uma improvável e absurda pertinência social, ambiental e histórica de tais obras. Mas Albuquerque e Gomes (2013) explicam que elas constituem, na verdade, apenas os “vetores do atual processo de reprodução do espaço urbano” no Recife e que, dada a sua lógica mercadológica e destinada à propiciar mais-valia, tendem a favorecer, mais uma vez, os proprietários urbanos e os grupos de especuladores, não possuindo também qualquer relação com algum modelo de planejamento, nem mesmo os mais neoliberais, para os quais a atuação do Estado deve ser mínima.

O resultado é a constituição de uma “metrópole desgovernada”, como diria Maricato (2011), completamente à deriva das estratégias privatizantes do capital, que não se organiza coletivamente com base no encontro, no cotejamento de diferentes posições. Em vez disso, seus habitantes se encerram cada vez mais em enclaves fortificados, sobrevivendo de maneira amedrontada em face da anárquica dinâmica urbana periférica, da violência e da possibilidade da transgressão. Neste sentido esse espaço urbano mais que se segmenta, ou suporta lugares segregados, ele efetivamente se fragmenta, poisos diferentes grupos sociais tendem a se atomizar, pondo em xeque a própria cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, M. Z; GOMES, E. T. A. (2013) Reflexões sobre vetores do atual processo de reprodução do espaço urbano no Recife. In: XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana: ciência e ação política por uma abordagem crítica, 2013, Rio de Janeiro. Anais (on-line). Rio de Janeiro: UERJ, 2013. p. 01-15.
- BITOUN, J. (2001) A contribuição dos planos estratégicos na gestão municipal: modernização do discurso, seletividade ou aprimoramento das práticas? In: SPOSITO, M. E (org.). Urbanização e cidades: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: UNESP, p. 291-310.
- CALDEIRA, T. P. R. (2000) Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. USP/Ed. 34, 399p.
- CARLOS, A. F. A. (2013) A prática espacial urbana como segregação e o “direito à cidade” como horizonte utópico. In: VASCONCELOS, P. A. *et al.* (org.). A cidade contemporânea: segregação espacial. São Paulo: Contexto, p. 95-110.
- CARLOS, A. F. A. (2015) A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista. In: CARLOS, A. F. A *et al.* Crise Urbana. São Paulo: Contexto, p. 25-35.
- CASTRO, J. (1948) Fatores de localização da cidade do Recife: um ensaio de geografia humana. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 84p.
- DAVIS, M. (2006) Planeta favela. São Paulo: Boitempo, 270p.
- DUNKER, C. I. L. (2015) Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros. São Paulo: Boitempo, 416p.
- GOMES, E. T. A. (2006) Um passeio temático pela cidade do Recife: o processo de revitalização, êxitos e fracassos. Revista Memórias (Barranquilla), v. 3, n. 6, p. 01-32.
- GOMES, E. T. A. (2014) Rural e urbano em um mundo do capital no qual cada vez mais a exceção é a regra: alguns itens relevantes à luz da Região Metropolitana do Recife na contemporaneidade. In: ALBUQUERQUE, M. Z; MACHADO, M. R. I.

- M (Org.). O rural e o urbano na Região Metropolitana do Recife. Garanhuns: Ed. UFRPE, p. 14-60.
- FERRAZ, S.M.T.F; POSSIDÔNIO, E. R. (2004) Violência, medo e mercado: uma análise da publicidade imobiliária. Revista Impulso, v. 15, n.37, p. 79-88.
- HARVEY, D. (2006) A produção capitalista do espaço. 2.ed. São Paulo: Annablume, 251p.
- HARVEY, D.(2009) Condição pós-moderna. 18.ed. São Paulo: Loyola, 348p.
- LYRA, M. R. S. B; VASCONCELOS, V. M. (2015) A metrópole do Recife na dinâmica demográfica brasileira. In: SOUZA, M. A. A; BITOUN, J (orgs.) Recife: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra capital, p. 70-108.
- MARICATO, E. (2011) Metrôpoles desgovernadas. Estudos Avançados, São Paulo, v. 25, p. 7-22.
- MELO, M. L. (1978) Metropolização e subdesenvolvimento: o caso do Recife. Recife: Sudene, 256p.
- OBSERVATÓRIO/PE. (2006) Como anda a Região Metropolitana do Recife. Recife: UFPE/FASE, 128p. (Relatório de pesquisa). Disponível em: http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/como_anda/como_anda_RM_recife.pdf
- RAMPAZZO, L. Metodologia científica: para alunos dos cursos da graduação e pós-graduação. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- SAFATLE, V. (2015) O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. São Paulo: Cosac Naify, 360p.
- SANTOS, C. S. (2015) A fronteira urbana: urbanização, industrialização e mercado imobiliário no Brasil. São Paulo: Annablumme, 364p.
- SANTOS, M. (1982) Ensaio sobre a urbanização latino-americana. São Paulo: Ed. Hucitec, 194p.
- SANTOS, M. (1990) Metrópole corporativa e fragmentada: o caso de São Paulo. São

Paulo: Nobel, 117p.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. (2008) O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 11.ed. Rio de Janeiro: Record, 473p.

SANTOS, O. A. A; MAHMOOD, S. B. (2013) Para pensar geograficamente a “pobreza urbana”: o sistema de informações georreferenciadas dos assentamentos populares da Região Metropolitana do Recife/PE. In: XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana: ciência e ação política por uma abordagem crítica, 2013, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: UERJ, p. 01-19.

SEABRA, O. C. L. (2004) Territórios do uso: cotidiano e modo de vida. Cidades (Presidente Prudente), v.1, n. 2, p. 181-206.

SENNET, R. (1989) O declínio do homem público: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 447p.

SERPA, A. (2007) O espaço público na cidade contemporânea. São Paulo: Contexto, 205p.

SMITH, N. (2007) Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. Geosp - Espaço e Tempo, São Paulo, n. 21, p. 15-31.

SOBARZO, O. (2000) A segregação socioespacial urbana. Formação, Presidente Prudente, n.7, p. 163-170.

SOUZA. M. L. (2000) O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro, 214p.

SOUZA. M. L. (2008) Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 288p.

SOUZA. M. L. (2013) Semântica urbana e segregação: disputa simbólica e embates políticos na cidade “empresarialista”. In: VASCONCELOS, P. A. *et al.* (org.). A cidade contemporânea: segregação espacial. São Paulo: Contexto, p. 127-146.

SPOSITO, M. E. B. (2013) Segregação socioespacial e centralidade urbana. In:

- VASCONCELOS, P. A *et al.* (orgs.). A cidade contemporânea: segregação espacial. São Paulo: Contexto, p. 61-93.
- SPOSITO, M. E. B; GOES, E. M. (2013) Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial. São Paulo: Ed. UNESP, 2013, 365p.
- SVAMPA, M. Los que ganaron: la vida en los countries y barrios privados. 2.ed. Buenos Aires: Biblos, 2008.
- SWYNGEDOUW, E. (2012) A cidade pós-política. Revista e-metropolis, Rio de Janeiro, n. 08, p. 52-62.
- VAINER, C. (2000) Pátria, empresa e mercadoria: nota sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O *et al.* (org.). A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, p. 74-104.
- VASCONCELOS, P. (2004) A. A aplicação do conceito de segregação residencial ao contexto brasileiro na longa duração. Cidades (Presidente Prudente), Presidente Prudente, v. 1, n.2, p. 259-274.
- VASCONCELOS, P. (2013) Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. In: VASCONCELOS, P. A *et al.* (org.). A cidade contemporânea: segregação espacial. São Paulo: Contexto, p. 13-37.
- ZIZEK, S. (2006) Afterword by Slavoj Žižek: the lesson of Rancière. RANCIÈRE, J. The politics of aesthetics: the distribution of the sensible. Londres: Continuum, p. 67-79.